

# DESASTRES NATURALIZADOS

*Enchentes em São Paulo e no Rio de Janeiro revelam um projeto excludente das cidades brasileiras*

Por **Andreza Spinelli,**  
**José Coutinho Júnior**  
e **Letícia Naísa**

“**R**io – a Polícia Civil informou nesta quinta-feira, 27, que chegou a 837 o número de mortos na região serrana do Rio de Janeiro por causa das chuvas. São 404 mortos em Nova Friburgo, 340 em Teresópolis, 67 em Itaipava (distrito de Petrópolis), 21 em Sumidouro, 4 em São José do Vale do rio Preto e 1 em Bom Jardim”. Este fragmento de notícia do jornal *Estado de S. Paulo* dá a entender que as enchentes ocorridas no começo do ano, no Rio de Janeiro e São Paulo, são simplesmente problemas naturais, que não há questões políticas, econômicas e estruturais, em grande parte as maiores responsáveis pelas inundações.

Para o professor de geologia da USP Delmar Mattes “Ao se falar das enchentes, há argumentos falsos, tanto do ponto de vista técnico quanto do político, como dizer que todos os piscinões não foram construídos, por isso a cidade está alagada, ou que a população joga muito lixo nas ruas, o modo de transferir o problema do Estado para o povo”.

As enchentes são conseqüências de um processo de urbanização desenfreado. Em São Paulo, por exemplo, a área central é a que tem o maior custo de vida por ser a região mais desenvolvida da cidade. As pessoas com menor renda, sem possibilidade de morar no centro, começam a se instalar nas áreas periféricas, a maioria destas irregulares e perigosas. “Não houve nenhum critério no processo de urbanização da cidade, e o Estado, ao invés de confrontar os problemas da cidade, atendeu aos interesses da ganância e do capital”, diz Delmar.

Um exemplo dessa urbanização precária é o Jardim Pantanal, no extremo da Zona Leste, que sofre todo ano com enchentes e descaso da prefeitura. A negociação entre a comunidade do Pantanal e a prefeitura para tentar resolver o problema das inundações é quase inexistente. De acordo com Vagner Fernandes, do Movimento por Urbanização e Legalização do Pantanal (MULP), agora negocia-se apenas com a polícia.

O processo de criação do movimento foi idealizado por Ronaldo Delfino, morador do local que, durante uma visita a Cuba, deparou-se com manifestações sociais a fim de melhorar a qualidade de vida dos moradores de áreas periféricas dos grandes centros. Segundo Maria Zélia Souza Andrade, moradora de Chácara Três Meninas e militante do MULP, o descaso com a região do Jardim Pantanal e de seu bairro acontece devido a distância de ambos do centro de São Paulo. “Para as autoridades, da Penha para baixo não se pode alagar, da Penha para cima pode ser”, relata.

Exemplo disto foi o fechamento das comportas na barragem da Penha, em dezembro de 2009, para que não se alagasse a marginal, pois ela estava em obras, e que transferiu toda a água para o Pantanal, resultando em uma grande inundação no local.

“**AO SE FALAR DAS ENCHENTES, HÁ ARGUMENTOS FALSOS, TANTO DO PONTO DE VISTA TÉCNICO QUANTO DO POLÍTICO, COMO DIZER QUE TODOS OS PISCINÕES NÃO FORAM CONSTRUÍDOS, POR ISSO A CIDADE ESTÁ ALAGADA, OU QUE A POPULAÇÃO JOGA MUITO LIXO NAS RUAS, O MODO DE TRANSFERIR O PROBLEMA DO ESTADO PARA O POVO**”  
(PROF. DELMAR MATTES)

**Desculpa esfarrapada** - As enchentes são a desculpa perfeita para a criminalização e expulsão dos moradores em áreas de risco. O discurso ambiental é utilizado exaustivamente pelas autoridades e pela mídia, para dizer que os moradores, ao ocuparem uma área de risco, estão agindo contra a Lei de Proteção aos Mananciais. “Até mesmo nas escolas distribuíram panfletos para as crianças dizendo que ‘morar no Pantanal era crime’”, afirma Vagner. Não há interesse por parte do Estado em resolver os problemas das enchentes e da urbanização precária nas cidades. A prefeitura pretende, em abril deste ano, remover todas as pessoas do Pantanal, que não terão nenhuma garantia de outra moradia. A população já está se organizando contra essa medida.

Para Delmar, as enchentes já se tornaram um problema nacional pela falta de soluções efetivas. “Em uma cidade como São Paulo, para diminuir as inundações, seria preciso analisar cada bacia hidrográfica isoladamente, e então decidir como proceder. Ao invés disso, o Estado investe nos piscinões, que não consideram as características específicas das bacias. O Poder Público não faz planejamento; ele simplesmente abre licitações para empresas privadas realizarem obras que não resolvem o problema efetivamente”.

O mau planejamento urbano, que obrigou as pessoas de baixa renda, em especial, a morar em favelas e se instalarem nas periferias da cidade, em áreas sujeitas a inundações ou escorregamentos é fruto da expansão desenfreada que fez com que o Estado utilizasse como primeiro recurso para resolver o problema o meio menos indicado: as obras de canalização dos rios. Este tipo de construção funciona por tempo limitado, pois a velocidade de escoamento da parte do rio submetido à intervenção aumenta, transfe-

Andreza Spinelli



rindo as enchentes para o trecho inferior, que muitas vezes já possui outro projeto de canalização, agravando as condições de escoamento do sistema de drenagem. Além disso, há o interesse em manter a limpeza cara da obra nas mãos de empresas privadas.

Muitos são os absurdos encontrados nos bairros carentes da Zona Leste como, por exemplo, o despejamento de lixo gerado por empresas situadas nas margens do Rio Tietê e até mesmo lixo hospitalar jogado pela própria prefeitura. “Havia animais por toda parte: até mesmo ratos e cobras. Um perigo para as crianças que vivem aqui e para todos nós, moradores” afirma Zélia. Moradores relatam que o governo oferece uma suposta “bolsa” para ajudar no aluguel de casas em outras regiões após a destruição das moradias abaladas pelas inundações. São trezentos reais ofertados de maneira inescrupulosa: afinal, tira-se um lar e dá-se uma mísera quantia em dinheiro para que as pessoas se mudem. “Não queremos mudar daqui, nem vender nossas casas. Queremos infraestrutura e melhores condições” diz Zélia.

O Programa de habitação do governo *Minha Casa, Minha Vida*, que supostamente oferece moradias populares, exclui grande parte da popu-

lação que mora em áreas de risco: é preciso ganhar pelo menos três salários mínimos para poder se cadastrar. Os moradores do Pantanal resolveram, então, oferecer uma solução para os problemas do local. "Nós criamos um projeto de urbanização do Pantanal, que levava em conta tanto a questão ambiental quanto a da moradia, em conjunto com pesquisadores e engenheiros da SABESP e o entregamos à prefeitura. No entanto, ele foi recusado, porque previa a participação ativa dos moradores nas obras. Como nenhuma empreiteira iria se beneficiar, o projeto foi descartado", diz Vagner.

Outra questão que agrava as enchentes é a

privatização da Sabesp, e a consequência direta deste fenômeno: a idéia de que a água é uma mercadoria, e não um bem de uso comum. A cidade de Franco da Rocha, no dia 18 de janeiro deste ano, foi completamente inundada, em grande parte porque a barragem Paulo de Paiva Castro teve suas comportas abertas, pois o nível da água ultrapassou o limite tolerável, e havia riscos da barragem estourar. A quantidade de água na barragem deveria estar muito mais baixa, pois é no final do ano que as maiores chuvas ocorrem; no entanto, as empreiteiras que agora tem o controle das barragens recebem incentivos fiscais para manter o nível da água alto. Para Thaís Doura-

do, membro da ONG Terra Livre, "A barragem de Franco da Rocha começou a vender água a diversos municípios, por isso estoca-se a água para ter mais mercadoria para vender".

O problema das enchentes nas cidades envolve muitas questões complexas, que acabam sendo ignoradas pelas estruturas de poder, pois elas tocam em uma questão muito maior, que não é de interesse dos poderosos que seja debatida: a estrutura excludente e elitista em que as cidades são baseadas. Enquanto não se tocar na raiz do problema, vamos continuar vendo, ano após ano, os mesmos "desastres naturais".



Andreza Spinelli



Mônica Bello

**"Maiara me perguntou se o rio era de sangue porque ele estava muito vermelho por causa de tanto barro que correu para ele"**  
(Mônica Bello)

## Rio de sangue

Mônica Bello, indigenista carioca, passou por uma experiência um tanto delicada em um encontro em Santa Luzia com a filha, Maiara de 5 anos, durante o período de fortes chuvas na região serrana do Rio. "Durante dois dias a chuva não parou nem 2 minutos. O terreno do encontro ficou encharcado e para ir para a cozinha, para a roda, para a cachoeira tínhamos que afundar o pé na lama até a canela. Ruim mesmo era na hora de dormir quando chegávamos ao escuro na barraca com aquela crosta de lama gigante até o meio da perna. Imagina o trabalho para limpar... E por mais que eu limpasse bem, não ficava totalmente limpo.

Durante todo esse tempo, eu vi o Rio Macaé subindo cada vez mais". A chuva não parava o rio estava a 8 metros da barraca. "Maiara me perguntou se o rio era de sangue porque ele estava muito vermelho por causa de tanto barro que correu para ele". No dia seguinte, pessoas da cidade começaram a chegar e falaram sobre o caos que os deslizamentos causaram, "que todas as cidades próximas estavam sem luz, não havia mais ônibus nem para voltar. Pessoas que foram de carro até cidades próximas comprar comida voltavam se queixando de que tudo estava super caro e faltava muita coisa, pois sem transporte, não chegavam mais frutas e poucas verduras". Mônica decidiu ir de carona com uma amiga até Lumiar, para entrar em contato com a família, que mora na cidade do Rio de Janeiro: "chegamos lá e vimos pessoas indignadas comentando o tempo todo pela cidade.

Lojas e restaurante fechados, pois sem energia as comidas estragaram e o fornecimento de alimentos foi quase cortado. Os telefones não funcionavam. Pessoas chorando. Um clima horrível". Ela e a filha conseguiram voltar de carona com uma viatura policial depois de uma semana. "Graças a Tupã, nada de mal aconteceu e mesmo com tanta chuva, o encontro foi maravilhoso".



Andreza Spinelli